## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em reais)

#### **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta, e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil, que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

#### NOTA 2 - CONCORDATA PREVENTIVA

A Companhia, até maio de 2012 encontrava-se em regime de concordata preventiva, requerida em 05 de dezembro de 1989. Em 30 de maio 2012 expedida certidão do transito em julgado da sentença judicial a qual declarou o seu cumprimento integral , bem como, a extinção das responsabilidades de concordatária.

## NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são apresentadas em reais, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e compreendem:

- 3.1 As demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 36 Demonstrações Consolidadas e a IAS 1 "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board IASB", e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR.
- 3.2 As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem a demonstração contábil da controlada mencionada na nota explicativa nº 11, tendo sido preparada de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre a empresa consolidada; (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas. A Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2013, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação.

### NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

4.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial

resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

#### 4.3 – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência, para clientes, de riscos, direitos e obrigações associadas aos produtos.

#### 4.4 – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### 4.5 - Provisão para perdas em crédito:

A provisão para perdas em crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

#### 4.6 - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

#### 4.7 – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

#### 4.8- Investimentos e empresas controladas:

a) Controladora: O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos, de controlada são registrados como redução do valor do investimento.

b) Consolidado: A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controlada com empresa controlada. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contra partida ao patrimônio liquido da controladora.

#### 4.9 – Outros Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

#### 4.10 – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

#### 4.11 - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

### 4.12 – Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, não contemplados na concordata, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### 4.13 – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 4.14 - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### 4.15 – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

#### 4.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes não cabendo desta forma a realização de ajustes.

#### 4.17 Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

#### 4.18 Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para a sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

As estimativas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### NOTA 5 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

#### a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

#### b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

#### c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

#### d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## 6. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas suas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

(i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 31 de dezembro de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

(ii) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subseqüentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações contábeis:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 06 (CPC 34)	Exploração de recursos minerais	1° de janeiro de 2013
IAS 29 (CPC 42)	Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária	1° de janeiro de 2013
Alterações à IAS 27R (CPC 35 e 36)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1° de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28R (CPC 28)	Investimentos em coligada e em controlada	1° de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010) (CPC 38, 39 e 40)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10 (CPC 36)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1° de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013

Alterações à IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras 1º de janeiro de 2013 Entidades
Alterações à IFRS 13 Mensurações do Valor Justo 1º de janeiro de 2013

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.
- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras *Pro forma* que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Control	adora	Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
Caixa e bancos: Aplicações financeiras:	933.928	387.098	1.107.624	605.679	
CDB (a) Contas de Poupança	13.267.449	12.022.639	15.159.842	12.541.838	
(b)	1.892	1.776	1.892	1.776	
Total	14.203.269	12.411.513	16.269.358	13.149.293	

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

#### **NOTA 8 - DUPLICATAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Mercado interno Provisão para perdas em crédito	4.973.301 (114.178)	5.853.995 (199.874)	5.731.788 (114.178)	6.221.934 (199.874)
Total	4.859.123	5.654.121	5.617.610	6.022.060
Abertura por idade e vencimento:	31.12.2012	31.12.2011	Conso 31.12.2012	31.12.2011
A vencer Vencidos até 30 dias Vencidos de 31 a 60 dias Vencidos de 61 a 90 dias Vencidos acima de 91 dias	4.287.083 455.295 25.366 19.120 186.437	5.171.790 288.553 59.935 26.983 306.734	4.899.552 536.881 35.477 37.964 221.914	5.506.454 321.828 59.935 26.983 306.734
Total	4.973.301	5.853.995	5.731.788	6.221.934

### **NOTA 9 – ESTOQUES**

	Control	adora	Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
Produtos acabados	1.181.408	1.132.632	1.181.408	1.132.632	
Produtos em elaboração	834.166	1.277.361	909.224	1.289.559	
Matérias Primas	1.868.935	2.019.035	1.870.375	2.020.514	
Materiais de Consumo	21.899	30.751	21.899	30.751	
Adiantamentos a fornecedores	56.247	14.503	56.247	14.503	
Importações em andamento	378.260	65.658	378.260	65.658	
Total	4.340.915	4.539.940	4.417.413	4.553.617	
lulai	4.340.913	4.339.940	4.417.413	4.333.017	

A Companhia não constituiu provisão para ajuste de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas matérias primas principais consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

#### **NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Control	adora	Consolidado		
	31.12.2012 31.12.2011		31.12.2012	31.12.2011	
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições	204.590	300.659	204.590	300.659	
Federais	326.541	239.649	328.034	242.354	
Total	531.131	540.308	532.624	543.013	

#### **NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.		
	31.12.2012	31.12.2011	
Totais de ativos e Passivos	3.760.079	1.147.292	
Total de Receitas	5.316.400	2.730.022	
Lucro do Período	2.366.597	1.034.465	
Capital social	20.000	20.000	
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20	
Patrimônio líquido	3.421.062	1.054.465	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento	3.421.062	1.054.465	
Movimentação do investimento:			
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000	
Resultado acumulado (equivalência patrimonial)	3.401.062	1.034.465	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento em 31 de dezembro	3.421.062	1.054.465	

## NOTA 12 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 dezembro de 2012 e de 2011, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Balanço		Transa	ações
	Contas a receber	Contas a receber	Receita de venda de produtos	Receita de venda de produtos
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	225.607	21.134	2.064.998	27.343

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

#### **NOTA 13- OUTROS INVESTIMENTOS**

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

#### NOTA 14 - IMOBILIZADO

$\sim$			-		
( )	on	tr	വ	ลส	ora

	-				Taxa de
	_	31/12/2012			depreciação
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
		acumulada			
Terrenos	1.157.388		1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.063.445	893.876	913.880	4%
Equipamentos	16.001.692	9.196.398	6.805.294	5.117.211	10%
Instalações	1.110.976	382.583	728.393	767.832	10%
Móveis e utensílios	711.240	490.895	220.345	189.262	10%
Equipamentos de					
processamento de dados	613.365	540.942	72.423	93.057	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.557.623	2.426.546	131.077	161.522	20%
Veículos	195.744	106.768	88.976	117.181	20%
Imobilizações em curso	819.965	-	819.965	1.255.213	-
	35.125.314	24.207.577	10.917.737	9.772.546	

	Consolidado				
					Taxa de
		31/12/2012		31/12/2011	depreciação
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
		acumulada			
Terrenos	1.157.388		1.157.388	1.157.388	_
Edifícios e construções	11.957.321	11.063.445	893.876	913.880	4%
Equipamentos	16.411.692	9.213.445	7.198.247	5.117.211	10%
Instalações	1.110.976	382.583	728.393	767.832	10%
Móveis e utensílios	711.240	490.895	220.345	189.262	10%
Equipamentos de					
processamento de dados	613.365	540.942	72.423	93.057	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.557.623	2.426.546	131.077	161.522	20%
Veículos	195.744	106.768	88.976	117.181	20%
Imobilizações em curso	819.965	=	819.965	1.255.213	-
	35.535.314	24.224.624	11.310.690	9.772.546	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controla	adora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Saldo no início do exercício	9.772.546	8.099.838	9.772.546	8.099.838	
Adições	2.507.128	2.891.354	2.917.128	2.891.354	
Baixas	(13.227)	(102.929)	(13.227)	(102.929)	
Depreciação e amortização	(1.348.710)	(1.115.717)	(1.365.757)	(1.115.717)	
Saldo no fim do exercício	10.917.737	9.772.546	11.310.690	9.772.546	

A Companhia procedeu sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

#### NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			
	31/12.2012	31.12.2011	-	
Bancos Privados	19.008.322	28.747.263	a	
Banco do Brasil S/A	31.744.990	31.828.647	b	
	50.753.312	60.575.910		
Parcelas de curto prazo	(19.072.105)	(28.789.091)		
	31.681.207	31.786.819		

a) empréstimos contratados com Bco. Comercial Bancesa, Bco. da Bahia e Bco. Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, não contemplados na concordata - julgados credores não quirografários - com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa S A , acordo de liquidação de débitos , sujeito à homologação judicial, nos autos da execução n° 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e n° 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de N. Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%. Ao final, cumprido integralmente o acordo a Massa Falida do dito credor dará quitação de eventuais débitos remanescentes. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2012, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 11.451mil .

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S A entabularam transação nos autos da Execução n. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1ª.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0.5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2ª.) ao final, cumpridas as condições ora estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 41.828.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

## NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		Controladora		31.12.2011	
		31.12.2012			
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
ICMS/Parcelamento	209.555	4.725.997	4.935.552	4.987.933	
IR/PIS/COFINS/CSFonte	116.920	-	116.920	115.569	
IRPJ/CSL Diferidos		2.701.230	2.701.230		
Outros	1.538	-	1.538	1.774	
	328.013	7.427.227	7.755.240	5.105.276	
		Consolidado			
		31.12.2012		31.12.2011	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
ICMS/Parcelamento	218.617	4.725.997	4.944.614	4.992.286	
IR/PIS/COFINS/CSFonte	174.851	-	174.851	152.013	
IRPJ/CSL Diferidos		2.701.230	2.701.230		
Outros	1.538	-	1.538	1.774	
	395.006	7.427.227	7.822.233	5.146.073	

# NOTA 17 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2011	33.806.629
Pagamentos efetuados até dezembro de 2011	(3.869.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	68.282.090
Atualização pela TJLP em 2012	2.132.595
Pagamentos efetuados em 2012	(406.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	70.008.668
Menos - Circulante	(406.017)
Não circulante	69.602.651

### NOTA 18 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	
Trabalhista e previdenciária Cível	261.535 80.000	261.535 80.000	
Total da provisão para contingências		00.000	
Depósitos judiciais	(80.000)	(80.000)	
Provisão para contingências, líquida	261.535	261.535	

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

Controladora e C	Controladora e Consolidado		
2012	2011		
107.160	107.160		
222.840	222.840		
330.000	330.000		

## NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### 19-1 – IRPJ e CSL sobre o resultado tributado:

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora		
	Estimado 31.12.2012	31.12.2011	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.970.505	8.441.744	
Equivalência Patrimonial	(2.366.597)	(1.034.466)	
Outras Adições/exclusões permanentes	(11.166.073)	(168.369)	
Prejuízo/Lucro Real antes da compensação de prejuízos fiscais	(1.562.165)	7.238.909	
(-) Prejuízo fiscal compensável	•	(2.171.673)	
Prejuízo Fiscal/Lucro Real	(1.562.165)	5.067.236	
Imposto de renda à alíquota de 15%	-	760.085	
Imposto de Renda à alíquota de 10%	-	482.724	
(-) Programa Alimentação Trabalhador		(30.403)	
Contribuição social à alíquota de 9%	<u>-</u>	459.380	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	_	1.671.786	
	Consoli	dado	
	2012	2011	
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	147.004	1 745 220	
,	147.984	1.745.338	

#### 19-2 – IRPJ e CSL diferidos

Trata de diferimento temporário apurado em razão da receita de repactuação de passivo na controladora, oriunda do acordo de liquidação de débitos , sujeito à homologação judicial,celebrado em 05 de março de 2013 com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa S A (nota 15) , conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	
Resultado repactuação Bancesa	11.450.547	-	
(-)Compens.Prejuízo fiscal 30%	(3.435.164)		
Imposto de renda à alíquota de 15%	1.202.308		
Imposto de Renda à alíquota de 10%	777.538	-	
Contribuição social à alíquota de 9%	721.384		
Total IRPJ e CSL Diferidos	2.701.230		

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui créditos tributários de impostos de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 193.129 mil. No entanto, devido ao histórico de prejuízos operacionais, a Companhia não efetuou Registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

#### **NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL**

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

	Qde.	Total das ações	%
Acionistas domiciliados no País - pessoas físicas	992	8.246.794	69,30
Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	27	3.653.206	30.70
Total	1.019	11.900.000	100,00

#### b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantido a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata quer deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembléia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

## NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

-		2012	-	•	2011	_
•	Ordinárias	Preferências	Total	Ordinárias	Preferências	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
			Cor	ntroladora		
			_	31/12/2012	31/1	2/2011
Lucro liquido no final	l do período	)	_	9.269.2	275	6.310.578
Media ponderada das quantidades de ações em circulação		circulação	11.900.0	000 1	1.900.000	
Lucro por ação básico	)		_	0,7789	930	0,530300

### NOTA 22 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 possuem a seguinte composição:

-	Controlac	lora	Conso	olidado
	31.12.2012	31.122011	31.12.2012	31.12.2011
Receita bruta de Vendas (-)Impostos incidentes s/vendas (-)Abatimentos e Devoluções Receita Liquida de Vendas	33.798.975 (6.656.200) (621.579) 26.521.196	42.001.027 (8.693.059) (852.672) 32.455.296	37.529.325 (6.914.648) (862.041) 29.752.636	44.859.440 (8.868.195) (852.672) 35.138.573

# NOTA 23 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

_	Contro	oladora	Consol	<u>idado</u>
_	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas e custos por função			<del></del>	
Custo dos produtos vendidos	18.849.144	20.555.948	19.199.871	22.042.130
Despesas operacionais	7.584.559	7.987.312	8.022.747	8.094.297
	26.433.703	28.543.260	27.222.618	30.136.427
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	10.177.096	11.308.619	10.266.370	12.675.234
Despesas com pessoal e encargos	8.740.800	9.168.684	9.032.233	9.288.251
Despesas de alugueis e correlatos	-	-	27.396	12.000
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	786.988	782.846	794.775	786.317
Despesas de depreciação e				
amortização	1.348.710	1.115.717	1.365.757	1.115.717
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	(72.348)	80.952	(72.348)	80.952
Outras despesas	5.452.457	6.086.442	5.808.435	6.177.956
_	26.433.703	28.543.260	27.222.618	30.136.427

## NOTA 24 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO realizada em 27 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 684 mil para o exercício social de 2012 (mantido o mesmo valor do exercício social de 2011), que estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

**NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO** 

	Contro	oladora	Consolid	ado
_	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Despesas financeiras:				
Juros sobre				
empréstimos	(1.764.728)	(2.800.079)	(1.764.728)	(2.800.079)
Despesas bancárias	(61.626)	(41.219)	(64.930)	(42.692)
Variação monetária				
passiva	(9.836)	(2.639)	(9.836)	(2.639)
Juros, parcelas fiscais				
LP e s/tributos	(2.336.226)	(4.386.993)	(2.336.658)	(4.387.013)
Variação cambial				
passiva	(7.265)	(26.568)	(7.265)	(26.568)
Outras	(1.053)	(570)	(1.083)	( 570)
_	(4.180.734)	(7.258.068)	(4.184.500)	(7.259.561)
Receitas financeiras:				
Aplicações				
financeiras	1.214.318	1.561.154	1.287.512	1.580.353
Variação cambial ativa	157.547	41.976	157.547	41.976
Descontos obtidos	3.840	2.796	3.882	2.796
Juros ativos	219.931	147.170	222.366	147.363
=	1.595.636	1.753.096	1.671.307	1.772.488
X7 ' ~ 1'1				
Variação cambial:	157 547	41.076	157 547	41.076
Variação cambial ativa	157.547	41.976	157.547	41.976
Variação cambial passiva	(7.265)	(26.568)	(7.265)	(26.568)
	150.282	15.408	150.282	15.408
——————————————————————————————————————				

#### NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 31de dezembro de 2012 e de 2011 são assim demonstradas:

	2012	2011
Responsabilidade civil	2.730.000	1.500.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	13.000.000	13.600.000
Veículos	92.150	119.143
	15.822.150	15.219.143

#### **NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuaram nenhuma transação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

#### a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

#### b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

#### c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por mais de 3.350 clientes, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

#### d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.